

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Alterações significativas	5

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	9
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	11
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	12
10.5 - Políticas contábeis críticas	13
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	14
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	15
10.8 - Plano de Negócios	16
10.9 - Outros fatores com influência relevante	17

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Condições políticas e econômicas no Brasil podem influenciar adversamente as atividades e negócios da Companhia.

O Governo Federal frequentemente intervém na economia do País, e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas. Para exercer maior controle sobre a economia, o Governo Federal tem alterado frequentemente suas políticas monetárias, de crédito e fiscais, entre outras políticas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicaram em controles de salários e preços, desvalorizações cambiais, controles de capital e limitações às importações, entre outras medidas.

A Companhia não tem influência sobre quais medidas e políticas que o Governo Federal poderá adotar, nem pode prevê-las. As atividades, situação financeira, resultados operacionais e valor das ações da Companhia poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- inflação;
- movimentos cambiais;
- políticas de controle cambial e restrições às remessas ao exterior;
- política monetária e taxas de juros;
- liquidez dos mercados internos de empréstimos, de capitais e financeiros;
- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida pelos índices do PIB;
- alteração na regulamentação aplicável ao setor de transporte;
- aumento do preço de petróleo e outros insumos;
- instabilidade dos preços;
- políticas tributárias; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

A inflação e certas medidas governamentais para combatê-la podem contribuir para incerteza econômica no Brasil e prejudicar os negócios da Companhia.

Ações futuras do Governo Federal, incluindo definição de taxas de juros ou intervenções no mercado de câmbio para ajustar ou recuperar o valor do Real, podem ter efeitos relevantes e adversos na economia brasileira, nos negócios da Companhia ou no valor de suas ações. Caso o Brasil apresente altas taxas de inflação no futuro, a Companhia pode não ser capaz de reajustar os preços cobrados dos clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos operacionais e/ou financeiras. Pressões inflacionárias também podem afetar a capacidade da Companhia de obter financiamentos, o que pode prejudicar as taxas de retorno obtidas nos investimentos da Companhia.

A volatilidade do valor da moeda brasileira em relação ao Dólar e em relação a outras moedas pode afetar a economia brasileira e os negócios da Companhia.

As desvalorizações do Real face ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar o aumento das taxas de juros. As desvalorizações podem, ainda, reduzir o valor em dólares das distribuições de dividendos e o valor em Dólares equivalentes ao valor de nossas ações. Em contrapartida, a valorização do Real face ao Dólar poderá levar a uma deterioração das contas brasileiras e da balança de pagamentos, e resultar em um recuo das exportações do Brasil. Quaisquer dos eventos acima poderão afetar adversamente a economia brasileira como um todo, e, em especial, os resultados operacionais da Companhia.

A mudança na taxa de juros pode afetar negativamente os negócios da Companhia.

O resultado da Companhia pode ser afetado pela mudança nas taxas de juros, devido ao impacto que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes de instrumentos de dívida com taxas variáveis e nas receitas de juros gerados a partir dos saldos do nosso caixa e dos nossos investimentos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**Alterações na legislação tributária do Brasil poderão afetar adversamente os resultados da Companhia.**

Algumas destas eventuais alterações poderão resultar em aumento da carga tributária à que as operações estão sujeitas o que, por sua vez, influenciará a lucratividade da Companhia. Não há garantias de que a Companhia será capaz de manter suas margens e seu fluxo de caixa projetado se houver aumentos significativos nos tributos aplicáveis às suas operações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**a. riscos para os quais se busca proteção:**

A Companhia entende que o gerenciamento de riscos é fundamental para apoiar a sua estratégia de crescimento e flexibilidade financeira. A política de gestão de risco da Companhia é, de modo geral, conservadora, e busca limitar ao máximo as perdas sem prejudicar a eficiência.

A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado oriundos de suas atividades regulares, para os quais busca proteção. Mudanças nas taxas de juros ou volatilidade nas taxas de câmbio estão entre os fatores que mais podem afetar o valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia, seu fluxo de caixa bem como seus ganhos futuros.

Além disso, a Companhia poderá estar exposta ao risco de contrapartes, isto é, o risco de não recebimento de eventuais aplicações em ativos financeiros de curto prazo (CDB's e operações compromissadas) junto a diversas instituições financeiras

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge):

A Companhia pretende utilizar instrumentos financeiros tais como contratos de derivativos única e exclusivamente para gerenciar riscos relacionados às alterações nas taxas de câmbio e juros. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estas operações serão lançadas no balanço patrimonial com base no valor justo de mercado reconhecido nos demonstrativos de receitas, exceto nos casos em que critérios específicos de *hedge* sejam preenchidos.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge):

Para maiores informações sobre os instrumentos utilizados pela Companhia para proteção patrimonial, ver item 5.2 (b) acima.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos:

O gerenciamento dos riscos supramencionados é realizado por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas pela Companhia versus as vigentes no mercado.

Para maiores informações, veja o item 5.1 deste Formulário de Referência.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros com objetivos diversos ao de proteção patrimonial (*hedge*).

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de risco

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos da Companhia ainda está em fase de implementação. Atualmente, a Diretoria Financeira, juntamente com as áreas de controladoria e jurídica, analisa os riscos periodicamente, informando a Administração.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia estima que implementará uma estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos e controles internos para verificação da efetividade da política de gestão de riscos no decorrer do ano de 2011.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia foi formada em 18 de agosto de 2010 e encontra-se em estado pré-operacional. Não houve qualquer alteração relevante nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, tampouco com relação à política de gerenciamento de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Exceto o que foi divulgado nos itens anteriores, não há mais informações que a Companhia julgue relevantes neste item.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**a. condições financeiras e patrimoniais gerais:**

A Diretoria da Companhia acredita que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. O atual capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

A Companhia foi criada em 18.08.2010 e em sua Demonstração Financeira de 31.12.2010 havia um prejuízo no valor de R\$ 444.205, sendo (i) R\$ 400.150 referente a salários e encargos; (ii) R\$ 44.010 referente a despesas gerais e administrativas; e (iii) R\$ 45 referente a despesas financeiras líquidas. Em 31 de dezembro de 2010, o caixa da Companhia era de R\$ 10.236.

Adicionalmente, Em 6 de janeiro de 2011 foi integralizado pelo acionista P2 Brasil Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participação o montante de R\$ 8.300.000 representado por 8.300.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

Em 31 de dezembro de 2010, o patrimônio líquido (passivo a descoberto) da Companhia era de (R\$ 49.205), sendo certo que os Diretores da Companhia acreditam que a estrutura de capital da Companhia apresentará níveis conservadores de alavancagem.

A Companhia está em fase pré operacional com plano de capitalização orçado em US\$200 milhões. A Companhia considera que o valor orçado é suficiente para realizar o primeiro ciclo de investimentos programado.

Os Diretores da Companhia afirmam que não há hipótese de resgate de ações da Companhia, além daquelas legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Até a data deste Formulário de Referência a Companhia não havia assumido compromissos financeiros.

Acreditamos ter liquidez e recursos de capital suficiente para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos no próximo ano, embora não possamos garantir que tal situação se manterá.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

Até a presente data, a Companhia não captou recursos por meio de contratos financeiros. Porém, caso necessário, a Companhia poderá celebrar no futuro contratos financeiros para obtenção de recursos a serem empregados no financiamento de suas atividades.

Atualmente, a Companhia utiliza como fonte de financiamento o seu próprio capital, integralizado por seu acionista controlador.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia não possuía qualquer obrigação relevante, seja em reais ou dólares norte-americanos.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Companhia ainda se encontra em fase pré operacional. Quando iniciar sua fase operacional, além do próprio capital integralizado o qual deverá cobrir a maior parte de seus investimentos, a Companhia pretende obter linhas de crédito com bancos comerciais locais.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, tais como (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:

Até a data deste Formulário de Referência a Companhia não tinha qualquer endividamento, seja em reais ou em dólares norte-americanos, ou atrelados à variação cambial.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Até a data deste Formulário de Referência a Companhia não tinha financiamentos contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

A Companhia foi criada em 18.08.2010 e, portanto, não há alterações nas demonstrações financeiras. Por esse motivo, não há como se realizar comparações com períodos anteriores, bem como não houve quaisquer alterações significativas nas demonstrações financeiras desde a sua constituição.

Fluxo de Caixa

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações do fluxo de caixa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

	Período de 18 de agosto a 31 de dezembro de 2010
	<i>(Em Reais)</i>
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo do período	(444.205)
Aumento em outros créditos	(2.748)
Aumento em fornecedores	2.767
Aumento em salários, férias e encargos a pagar	63.206
Aumento em outras contas a pagar	38
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(380.942)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Aquisição de ativo imobilizado	(3.822)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
Aporte de capital de acionistas	395.000
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	10.236

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa**

No início do exercício	-
No fim do exercício	10.236
	<u>10.236</u>

Geral

Até 31 de dezembro de 2010, as entradas de recursos no fluxo de caixa foram oriundas do aporte de capital de nossos acionistas, já que a Companhia, por estar em fase pré-operacional, ainda não tem receitas. As saídas se referem principalmente as despesas da Companhia com remuneração de pessoal e fornecedores.

Atividades Operacionais

As saídas se referem principalmente as despesas da Companhia com remuneração de pessoal e fornecedores.

Atividades de Investimento

A Companhia não fez nenhum investimento relevante no período e tais dispêndios foram feitos para a aquisição de equipamentos de escritório.

Atividades de Financiamento

Os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento decorrem apenas dos investimento feito pelos acionistas da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a. Resultados das operações do emissor, em especial:***i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita.*

A Companhia está em fase pré-operacional e no momento não possui receitas.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia está em fase pré-operacional e no momento não possui receitas. Dessa forma, os únicos fatores que afetaram os resultados operacionais foram as despesas com Salários e Encargos, Gerais e Administrativas e Despesas Financeiras Líquidas, que foram, respectivamente, de R\$400 mil, R\$44 mil e R\$45.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia está em fase pré-operacional e não tem receitas no momento.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor*Geral*

A Companhia está em fase pré-operacional e não tem receitas no momento. Por esse motivo, é difícil prever com precisão os efeitos da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Os Diretores entendem que no futuro os fatores acima descritos podem impactar direta ou indiretamente os resultados operacionais da Companhia. A situação macroeconômica brasileira e mundial evidentemente afetará os resultados da Companhia. De forma direta, podendo influenciar positivamente ou negativamente, destaca-se os fatores, como: desenvolvimento macro econômico, a taxa de desemprego e o nível de renda da população (média salarial), uma vez que impactam diretamente a atividade econômica no país. De forma indireta, também variando de forma positiva ou negativa, através dos fatores, como: custos operacionais e despesas administrativas e comerciais, devido à oferta e demanda de combustíveis, seguros e mão de obra. Além disso, ainda de forma indireta, a disponibilidade de crédito e o nível dos juros básicos podem afetar, positivamente ou negativamente, nossas despesas financeiras, bem como nossa capacidade de investimento no curto e médio prazo.

Inflação e Taxas de Juros

A inflação e as taxas de juros podem influenciar os resultados da Companhia, pois podem gerar maior ou menor disponibilidade de renda, reduzindo ou expandido a atividade econômica ou afetando o volume de investimentos na economia. A variação dos índices de inflação também pode afetar as receitas e/ou despesas da Companhia, na medida em que diversos dos nossos serviços e insumos utilizados e transportados, respectivamente, são reajustados com base em indicadores atrelados à inflação.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro*Câmbio*

No futuro, a Companhia poderá estar exposta a risco da taxa de câmbio, num eventual descasamento que pode ocorrer entre receitas e despesas em moedas diferentes, dado que alguns serviços são cobrados em moeda estrangeira ao passo que várias despesas e insumos serão pagos em reais.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a. da introdução ou alienação de segmento operacional:**

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária. Entretanto, conforme informações fornecidas no item 6.3 deste Formulário de Referência, em 29 de dezembro de 2010 a Companhia assinou um Contrato de Compra de Ações representativas de 49% do capital social da Prysor S.A. Entretanto, até a data deste Formulário de Referência tal operação ainda não havia sido efetivada, pois depende do cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo, mas não se limitando, a diligência que vem sendo conduzida pela Companhia na Prysor.

Em 22 de março de março de 2011 a Companhia adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da Zidalur S.A. pelo valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), empresa pré-operacional localizada no Uruguai, visando à implementação de seu plano de negócios e processo de expansão.

Adicionalmente, a Companhia adquiriu, em 1º de abril de 2011 a totalidade das ações representativas de 100% do capital social da Baloto S.A., companhia que detém 49% do capital social da Obrinel S.A. pelo valor de R\$ 8.102.000,00 (oito milhões, cento e dois mil reais), equivalentes a US\$ 4.900.000,00 (quatro milhões e novecentos mil dólares). A Obrinel S.A. é uma empresa uruguaia, que tem como plano de negócios construir e operar um terminal especializado de cargo a granel e um porto, nas instalações do Porto de Montevideo.

Além disso, em 30 de junho de 2011 a Companhia adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social das companhias Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A., Hidrovias do Brasil – Marabá S.A. e Hidrovias do Brasil – Miritituba S.A., pelo montante de R\$ 50,00 (cinquenta reais) cada uma.

A Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A. foi adquirida visando à aquisição de um terreno no município de Barcarena, Estado do Pará, e o desenvolvimento de um terminal multipropósito e multimodal para movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário.

Com relação à Hidrovias do Brasil – Marabá S.A., foi adquirida visando ao desenvolvimento por essa companhia de atividades de transporte aquaviário, rodoviário e multimodal na região Norte do Brasil.

Ja a empresa Hidrovias do Brasil – Miritituba S.A., foi adquirida visando à aquisição, por esta companhia, de terreno localizado no município de Itaituba, no Estado do Pará, e o desenvolvimento de terminal multipropósito e multimodal.

c. dos eventos ou operações não usuais:

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e não houve eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a. mudanças significativas nas práticas contábeis:**

Não houve. A Companhia foi criada em 18 de dezembro de 2010.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Em 2008, entraram em vigor a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 ("Lei 11.638") e a Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, que alteraram, revogaram e introduziram novos dispositivos à Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"). As alterações promovidas visaram, principalmente, atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com aquelas constantes das práticas contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC.

A Companhia apresenta a seguir os principais pronunciamentos que tiveram efeitos na preparação de suas demonstrações financeiras, aplicáveis até de 31 de dezembro de 2010:

- CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis. Define a base para a apresentação das demonstrações contábeis para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades e introduz a demonstração do resultado abrangente como demonstração contábil obrigatória.
- CPC 41 – Resultado por Ação. Estabelece princípios para a determinação e a apresentação do resultado por ação, a fim de melhorar as comparações de desempenho entre diferentes companhias (sociedades por ações) no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Não há ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), não havendo diferença entre tais práticas contábeis aplicáveis à Companhia.

A Administração entende que adota políticas contábeis condizentes com as melhores práticas de mercado. As demonstrações financeiras da Companhia são definidas com o propósito de prover os usuários das demonstrações financeiras com informações úteis na avaliação da Companhia, visam representar as transações da Companhia com neutralidade, prudência e integridade e consideram a compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade elementos importantes em sua elaboração.

Por ser uma empresa em fase pré-operacional e não ter desenvolvido qualquer atividade operacional até a presente data, as nossas práticas contábeis têm sido restritas àquelas referentes ao tratamento contábil de despesas incorridas no processo de nossa constituição.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:**

Os Diretores da Companhia acreditam que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade, não tendo sido detectadas imperfeições relevantes nos controles internos da Companhia. Todos os controles chaves são mapeados para mitigar riscos e validados periodicamente pelas auditorias interna e externa.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

Nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, não houve quaisquer ressalvas realizadas pelos auditores independentes da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.**

Não aplicável, uma vez que a Companhia nunca realizou qualquer oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

Não aplicável, uma vez que a Companhia nunca realizou qualquer oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que a Companhia nunca realizou qualquer oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**a. Descrição dos ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
- iv. contratos de construção não terminada; e
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Até a presente data, a Companhia não tinha quaisquer passivos ou operações não registrados nas demonstrações financeiras para financiar as suas operações.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Até a presente data, a Companhia não tinha quaisquer passivos ou operações não registrados nas demonstrações financeiras para financiar as suas operações.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

A Companhia não possui itens que não sejam registrados em seu balanço patrimonial.

b. Natureza e o propósito da operação

A Companhia não possui itens que não sejam registrados em seu balanço patrimonial.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

A Companhia não possui itens que não sejam registrados em seu balanço patrimonial.